

1 **ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL**  
2 **DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
3 **REALIZADA EM 25/03/2014.**

4  
5 Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, no  
6 Auditório Shirley Palmeira, do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul  
7 - Imasul, situado à Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, Quadra 03 Setor  
8 03 – Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, com início às nove horas e 30  
9 minutos realizou-se a vigésima nona Reunião Ordinária do Conselho Estadual de  
10 Recursos Hídricos – CERH/MS e estiveram presentes nesta reunião os seguintes  
11 membros: Lorivaldo Antonio de Paula – Supema; Angélica Haralampidou –  
12 IMASUL; Leonardo Sampaio Costa – IMASUL; Elisabeth Arndt - IMASUL;  
13 Frederico Valente – SEPROTUR; Serafim Maggioni Junior – SES; Eduardo Candia  
14 – MPE; Paulo Cesar Limão - SEOP; Carlos Roberto Padovani – Embrapa; Renato  
15 Roscoe – Fundação MS; Sidenei Ambrosio Tambosi – CREA/MS; Janio Fagundes  
16 Borges – CREA/MS; Jairo Dantas – UNIPAN; Roberto Folley Coelho – CBH  
17 Miranda; Arlindo Murilo Muniz – OAB/MS; Sergio Oliskovicz – Pantanal  
18 Energética; Sueli Teixeira – Costa Rica Energética; Samuel Ricardo Van Der Lan –  
19 AHIPAR; José Geraldo de Freitas – ABPO; Isaias Bernardini – FIEMS; Vilson  
20 Mateus Bruzamarello – Famasul; Darci Dias Azambuja – APAI; Dulcileya Monica  
21 Souza – Sanesul; Ana Paula Molina – Águas Guariroba; Eduardo Folley Coelho -  
22 Atratur e como ouvintes estiveram presentes: Cristine Pedrosa – Fiems; Clélia  
23 Machado – Águas Guariroba; Ana Cecília – Famasul; O conselheiro Lorivaldo  
24 (SEMAC), na condição de presidente do CERH/MS, abriu a 29ª reunião após  
25 verificar o quorum, com a presença de 17 entidades representadas, convidou  
26 para compor a mesa o Sr. Antonio (AHIPAR) e Angélica (Imasul) para auxiliar na  
27 condução dos trabalhos. O presidente leu o expediente da reunião, seguindo a  
28 ordem de aprovação da Ata da 28ª reunião ordinária realizada em 18/12/2013,  
29 posteriormente a discussão dos Critérios de Outorga de Direito de Uso de  
30 Recursos Hídricos e encerrando com os informes gerais. O presidente ressalta  
31 que na Semana do Dia Mundial da Águas, o CERH/MS se reúne para discutir  
32 questões relevantes e de maneira qualificada, destacando assim o papel que o  
33 conselho tem prestado para os avanços da gestão dos recursos hídricos do  
34 Estado. Este reconhecimento que o presidente fala, ele faz em nome do  
35 secretário aos conselheiros e entidades que dedicam seu tempo contribuindo  
36 significativamente na forma de representação nos colegiados. Depois de feita  
37 estas considerações, o presidente colocou em pauta a aprovação da ata da  
38 reunião anterior, a qual após solicitações dos senhores Eduardo Coelho  
39 (ATRATUR) e Jânio Fagundes (CREA) ficou acordado que se conste em ata as  
40 justificativas de ausência recebidas pela secretaria executiva, e que todos os  
41 conselheiros devem confirmar o recebimento e a presença na reunião por e-mail,  
42 em não havendo mais manifestações, aprovou-se a ata da 28ª reunião do  
43 CERH/MS. O conselheiro Leonardo Sampaio Costa foi convidado para fazer a  
44 apresentação da minuta de resolução sobre os critérios de outorga para usos dos  
45 recursos hídricos, o qual enfoca que em sua exposição apresentará o que já foi  
46 consensuado dentro das Câmaras Técnicas em diversas reuniões anteriores para  
47 discutir estes critérios, com ressalva de dois pontos onde o Imasul não conseguiu  
48 um embasamento técnico-científico para endossar a decisão das Câmaras

49 Técnicas. Prosseguiu-se apresentação artigo por artigo, destacando que o texto  
50 da minuta traz a inserção da concepção de vazão de referencia, acumulação  
51 superficial, limites outorgáveis, usos insignificantes e usos que independem de  
52 outorga, baseadas em estudos feitos em legislações de outros estados com  
53 características parecidas e que tem bacias compartilhadas com nosso Estado;  
54 informa que foi encaminhado por e-mail aos conselheiros um quadro comparativo  
55 para subsidiar as discussões no colegiado. Os pontos onde o IMASUL faz algumas  
56 restrições estão relacionados a vazão de derivação e a acumulação superficial,  
57 por isso, Leonardo informa que os técnicos do órgão estudaram e foram atrás de  
58 embasamentos que justificasse estes pontos na proposta da Câmara Técnica, e  
59 que nada foi encontrado. O conselheiro Roberto Coelho (CBH MIRANDA) faz  
60 interferência colocando que não houve concordância na reunião anterior sobre o  
61 usuário teria que implantar sistema de medição na propriedade; o representante  
62 do Imasul, Leonardo Sampaio, lembra que na reunião que se discutiu o Decreto  
63 de Outorga se chegou a um acordo e que o texto ficou o mesmo do CNRH - "**O**  
64 **outorgado deverá implantar e manter o monitoramento da vazão captada**  
65 **e/ou lançada e da qualidade do efluente, encaminhando à autoridade**  
66 **outorgante os dados observados ou medidos na forma preconizada no**  
67 **ato da outorga.**" Lorivaldo aproveitou para informar que a minuta do Decreto  
68 discutido na reunião passada foi encaminhada para governadoria e que está  
69 sendo analisada pelo jurídico da secretaria de governo. Continuando a leitura da  
70 minuta, no § 1º do artigo 2º, onde o texto estava posto que "a vazão máxima  
71 outorgável para usos consuntivos será de 70% da vazão de referência (Q95),  
72 para uma **secção** de corpo hídrico considerado", pediu-se esclarecimento sobre o  
73 termo "secção", que após explicação pelos técnicos da Gerência de Recursos  
74 hídricos, chegou a conclusão que seria o mesmo que "trecho de rio". Conforme  
75 pedido da plenária do conselho, a palavra "secção" foi substituída pela expressão  
76 "trecho de rio". A senhora Ana Cecília (FAMASUL) pede a palavra para esclarecer  
77 que a discussão de definições e valores foram passadas pela Câmara Técnica de  
78 Gestão e não pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e a aproveita para dizer  
79 que quanto mais esclarecedor for o texto, melhor será para os outros futuros  
80 gestores e técnicos. Mediante aos vários questionamentos, optou-se, por questão  
81 de ordem, que fossem pedidos destaques para os itens polêmicos e com  
82 divergências. Próximo ponto foi o parágrafo 1º do artigo 3º, após debate ficou  
83 consensuado a separação das definições de derivação e de captação. Angélica faz  
84 ponderações de que o objetivo da reunião é aprofundar a discussão sobre as  
85 terminologias usadas e as quantidades de água a serem outorgáveis. Os  
86 conselheiros Roberto Coelho (CBH MIRANDA) e Darci Azambuja (APAI)  
87 argumentam que a Câmara Técnica trouxe contribuições no que se refere a rego  
88 d'água, roda d'água, açudes, além de outros exemplos citados de usos de  
89 recursos hídricos, nos quais a quantidade de água proposta pela Câmara Técnica  
90 seria a quantidade necessária para manter o funcionamento das atividades dos  
91 usuários. Darcy Azambuja (APAI) e Ramão Jardim (FAMASUL) sugerem que  
92 posteriormente os comitês de bacias assumam a responsabilidade de definir  
93 critérios em função da demanda e oferta da bacia inserida. Eduardo Coelho  
94 (ATRATUR) aponta para questão demográfica de nosso estado ser bastante baixa  
95 e pelo fato de termos uma riqueza hidrográfica considerável, precisamos  
96 aproveitar melhor este recurso. Leonardo Sampaio (IMASUL) reafirma que o

97 objetivo é chegar a um consenso, porém ele ressalta que para o consenso,  
98 necessita de um mínimo de bases técnicas a ser adotada. Ele reitera que não há  
99 base técnica para adotar que captação de 25 L/s na forma de derivação possa ser  
100 considerada insignificante. Angélica fez a proposta de que os itens que precisem  
101 de mais aprofundamento voltem a Câmara Técnica, sugestão em que o  
102 conselheiro Renato Roscoe (Fundação MS) reforça. Antonio (AHIPAR) propõe que  
103 continue a apresentação e que todos os destaques sejam discutidos no final.  
104 Darcy Azambuja (APAI) questiona porque o açude não aparece no texto da  
105 minuta, o apresentador justifica que este uso já está contemplado no Decreto de  
106 Outorga a ser publicado, mas caso os conselheiros observem a necessidade de  
107 repetir nesta minuta poderá ser repetido. Por solicitação da plenária foi colocado  
108 que o açude, conforme definição no decreto de outorga, não era passível do  
109 instrumento de outorga. Depois de feita a leitura do artigo 4º, foi necessária a  
110 explicação que a redação ficou com aquela forma para padronizar o que já existe  
111 hoje no Imasul; ou seja, da emissão de um documento de Declaração de Uso dos  
112 Recursos Hídricos como hoje já acontece com o cadastro de usuário eletrônico.  
113 Outro ponto que houve vários debates foi sobre o artigo 5º, onde os conselheiros  
114 Darcy Azambuja (APAI) e Belkiss (UNIPAN) fazem considerações sobre irrigação  
115 por açude, realidade do pantanal quanto a acumulação de água, exaurido o  
116 debate optou-se pela inserção de mais um parágrafo para contemplar a seguinte  
117 a redação “quaisquer usos de água decorrentes de açudes ficam dispensados de  
118 outorga”, outra solicitação foi que o inciso V do mesmo artigo possa ser mais  
119 específico quanto a expressão “curta duração”, houve uma solicitação formal para  
120 especificar o que se determina como “uso permanente e de curta duração”.  
121 Finalizada apresentação da minuta, passa-se a discutir alguns destaques feitos  
122 anteriormente, o primeiro destaque foi a separação dos dois pontos de derivação  
123 e captação com seus respectivos critérios que deverão retornar a Câmara  
124 Técnica, usando-se prerrogativa de que alguns conselheiros ainda não sentem-se  
125 confortável em deliberar nesta reunião. Leonardo lembra que a pauta da reunião  
126 não prevê a aprovação e sim a discussão. A conselheira Sueli Teixeira coloca que  
127 a Câmara Técnica discutiu, mas, não fez uma apresentação e nem elaborou um  
128 parecer técnico, por isso, deveria voltar para formalizar este documento, e  
129 posteriormente submeter o mesmo à plenária do CERH/MS. Outro destaque foi  
130 dado pela Priscila (REFLORE) pedindo que seja melhor definida a questão do uso  
131 de curta duração e o de uso permanente. Vilson Bruzamarello (FAMASUL) coloca  
132 que não vê problema que a discussão volte a câmara técnica, ressaltando que a  
133 única diferença é que observou a necessidade de elaborar um parecer. Darcy  
134 Azambuja coloca que a pauta da próxima reunião da Câmara Técnica seja os  
135 pontos que não foram consensuados nesta reunião. Houve manifestações  
136 solicitando participação de todos os setores nesta reunião da Câmara Técnica,  
137 Leonardo lembra que todas as reuniões são abertas a participação. Após  
138 encerramento deste tema, passou para os informes gerais, A secretaria executiva  
139 do CERH/MS comunica que não foi recebido ou expedido nenhum documento pela  
140 pelo CERH/MS, no entanto, informa ainda que os planos de bacias encontram-se  
141 em fase final do diagnóstico, e que a diretoria do Comitê de Bacia do Miranda foi  
142 reeleita e que a CBH Ivinhema foi renovada. Angélica também repassa alguns  
143 informes; A conselheira comunica que enviou para ANA os endereços dos  
144 conselheiros e instituições para que recebam o convite para participar do 2º

145 Seminário do Aquífero Guarani que acontecerá no dia 04/04/2014, em Campo  
146 Grande, outro informe refere-se à resposta dada ao ofício do Ministério Público  
147 recomendando modificação no Plano Estadual de Recursos Hídricos para inserir  
148 prioridades de outorga e critérios de cobrança no Estado de Mato Grosso do Sul.  
149 A conselheira Angélica disse que a SEMAC respondeu ao ofício dizendo que aceita  
150 a recomendação, mas que as modificações seriam feitas na revisão do PERH/MS  
151 previsto para acontecer ainda 2014 e que a revisão será executada em conjunto  
152 com CERH/MS, conforme estabelece a Política Estadual de Recursos Hídricos. O  
153 conselheiro Sergio Oliskovicks pede a palavra para falar da vigência dos  
154 mandatos dos conselheiros que se encerraria neste mês de março; o conselheiro  
155 fala que há a necessidade de definição de um novo processo eletivo ou renovação  
156 dos membros para um novo biênio. A secretaria executiva do CERH/MS informa  
157 que o processo eletivo entrará em pauta na próxima reunião das Câmaras  
158 Técnicas, buscando uma definição para esta problemática. Não tendo mais  
159 assuntos a tratar, o presidente em exercício agradeceu a presença de todos e  
160 deu-se por encerrada a reunião, onde lavrei a presente ata que vai assinada pelo  
161 presidente e por mim, Claudete Bruschi.  
162  
163 Campo Grande-MS, 25 de março de 2014.

Carlos Alberto Said Menezes  
SEMAC

Lorivaldo Antonio de Paula  
SEMAC

Angélica Haralampidou  
IMASUL

Claudete Bruschi  
IMASUL